



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR - SEDIHPOP

MEMÓRIA DA REUNIÃO COETRAE

Data: 27/02/2019

Local: Sala de reunião da Comissão Central de Licitação

Horário: 15h00min

Pautas:

1-Cumprimento do Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas a de Escravo; 2-Denúncia de Trabalho Escravo em Açailândia; 3-Monitoramento do Plano: discussão sobre o atendimento ao trabalhador (a) resgatado (a); 4- Fluxograma de atendimento de trabalhador (a) resgatado (a).

Responsável: Francisco Gonçalves, Secretário SEDIHPOP e presidente da COETRAE; Pedro Maciel, Coordenador para ações de Combate ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo – SEDIHPOP.

Participantes: SEDIHPOP, CDVDH/CB, OIT, CPT, SAF, DPU, PF, CEREST, SEDES, SRTE-MA, DPE, SEDUC.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, com início às 15h, reuniram-se na sala de reunião da Comissão Central de licitação (CCL) da SINFRA, localizada no primeiro andar do Edifício Clodomir Milet, na Av. Jerônimo de Albuquerque, Calhau – São Luís/MA para a Reunião Ordinária da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA: Mariana de La Fuente e Ivanete da Silva (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humano Carmen Bascarán – CDVDHCB), José de Mesquita e Vanessa Costa (Secretaria de Agricultura Familiar – SAF), Yuri Costa (Defensoria Pública da União-DPU), Rodrigo Correa (Polícia Federal), Luzia R. e Socorro C. (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST), Louise Holanda e Keila N. (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDES), Dayana Coelho, Erik Ferraz e Maria Cláudia (Organização Internacional do Trabalho-OIT), Paulo Lásaro (Superintendência Regional do Trabalho-SRT), Leonardo N. (Defensoria Pública do Estado-DPE), Linalva Cunha e Brígida Rocha (Comissão Pastoral da Terra-CPT), Ana Paula (Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC). A reunião foi iniciada por Pedro Maciel, Coordenador de Ações para o Combate ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo (SEDIHPOP), suplente do Sr. Francisco Gonçalves, presidente da COETRAE a qual iniciou os trabalhos lembrando as pautas do dia, antes, porém, iniciou-se com saudações e roda de informes gerais.

1. Cumprimento do Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas a de Escravo

O Coordenador de Ações para o Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, Pedro Maciel, iniciou a reunião falando sobre o edital IEMA de 2019, que terá uma cota de cinco vagas para trabalhadores remanescentes do trabalho escravo, que será ofertado em nove dos 40 municípios de maior incidência, além disso, os cursos profissionalizantes da SETRES estarão disponíveis neste mesmo formato. O secretário Francisco Gonçalves mencionou que em uma reunião com a SAF e a Secretaria Adjunta do Mais IDH/SEDIHPOP, foi pautado o tema Produção e Renda onde foi discutido o mapeamento de ações já existentes que serão aplicadas a esses trabalhadores, mencionou também a criação do III Plano para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, o qual deverá incentivar no ano de 2019 a criação de mais Comitês Municipais para ação e articulação de atividades voltadas ao resgate da dignidade dos trabalhadores remanescentes do trabalho escravo. Uma das sugestões da OIT foi a de juntar a formação dos comitês com os comitês das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI), e questionou se há membros repetidos nos dois programas. O Secretário Francisco falou brevemente do que se trata o Plano de Monitoramento e Pedro Maciel complementou a fala discutindo a função da reunião com as Secretarias de Estado, as



ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR - SEDIHPOP

ações que já foram realizadas ao longo da assinatura do TAC e as que ainda serão realizadas em 2019 (por essas Secretarias). Em reunião com as Entidades parceiras sobre o cumprimento do TAC, ocorrida no dia 21 de janeiro de 2019, foi pautado o funcionamento do programa e solicitado que enviassem os relatórios com suas ações desenvolvidas para que a SEDIHPOP pudesse encaminhá-las ao Ministério Público como resultados das ações da COETRAE. A SEDIHPOP solicitou à Superintendência Regional do Emprego a lista de trabalhadores resgatados desde o início das ações dos grupos móveis, pois com base nos conhecimentos desses dados, será possível delimitar a quantidade e os trabalhadores que poderão ser atendidos por essas vagas, e também comprovar que o trabalhador foi resgatado e tem direito as vagas destinadas para este fim. O CEREST relatou que fora enviada à Coordenação de Ações para o Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas uma minuta de fluxograma interno deste órgão, e que logo mais será realizada uma reunião com as regionais para fechar e entregar o fluxograma oficial. Pedro Maciel sinalizou que a Coordenação de Combate ao Trabalho Escravo construiu um fluxograma para ser avaliado na presente reunião; O secretário Francisco relatou que teve uma reunião com os órgãos do sistema SAF, o secretário Júlio; o presidente do INTERMA e a equipe da AGED onde trataram da pauta sobre o Mais IDH pontuando o Combate ao Trabalho Escravo, e que é uma preocupação da SAF e também de outras Secretarias e que nessa etapa não será criada novas ações, mas uma etapa de conectar as ações já existentes nesses Órgãos com as ações de Combate ao Trabalho Escravo. Alguns relatórios sobre as ações já foram enviados com pontos importantes, e que tratam em sua maioria dos municípios que já possuem ações dessas instituições, e deverá ser realizados mapeamento e conexão das ações. As entidades presentes na reunião, relatada pelo secretário, pensam em atender o plano de Combate ao Trabalho Escravo e de Políticas Públicas para povos indígenas. No âmbito de SEDIHPOP foi autorizada pelo Secretário Francisco que a equipe começasse a fazer uma proposta para apresentar ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos para ter uma ação de atendimento aos resgatados. A SEDES pensou na elaboração do plano 2019, com a AEPETI de ações estratégicas, foram acompanhados 70 municípios e nesses foram criados o comitês sobre o trabalho infantil, desses 70, 30 municípios estão na situação dos 40 com maior índice de trabalho escravo, então nesses 30 a ideia é fazer um comitê que converse com o comitê de trabalho escravo. A CPT propôs que haja processo de organização dos comitês com base em um regimento interno funcional para ver como vai ser esse comitê e se de fato contribuirá para construir políticas públicas nos municípios e também relatou que em Timbiras há necessidade do fortalecimento da rede RAICE através COETRAE que tem a função de fortalecê-lo, e há também urgência em organizar o comitê para que seja clara sua função. Dayana Coelho, Consultora da OIT, destaca que a ideia dos Comitês vai nascer dentro do que o programa concebeu como uma ideia de articular localmente as ações necessárias para o combate ao Trabalho Escravo, mas não tem uma fórmula, a intenção é que seja parecido com a COETRAE e que tenha essa dinâmica de articular com o poder público local, demandas para trabalhadores resgatados, fomentar políticas públicas no município e fazer esse link com a COETRAE, e que é interessante que a COETRAE faça uma recomendação de funcionamento dos comitês, e que essa proposta é inédita e vai ajudar em outras pautas que serão discutidas posteriormente, e o amadurecer dessas funções tem relação tanto com a atuação local de instituições que estão presentes como as URES, CERETS, os CREAS e CRAS que já estão nos municípios e que tem como mobilizar outros atores para atuarem nesses novos espaços; é uma iniciativa que precisa ser focada, mas que no momento não tem uma estrutura, e as ações que podem ser pressionadas pela COETRAE tem a ver com



ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR - SEDIHPOP

a animação também, as ações que podem surgir com as Caravanas, Encontro de Trabalhadores Resgatados. A SEDES relata a experiência vivenciada desde julho de 2018 e que as duas redes criadas em Timbiras e Codó em que a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura e de Saúde dos dois municípios não estão dentro da rede pois deveriam incluir suas ações, não se sabe ainda se é porque não tem interesse ou não entenderam a lógica e a importância das ações de seus planos como um todo. Uma das estratégias tentadas é solicitar diretamente ao MPT através do Dr. Maurel e Dra. Virginia que intervenham com o gestor municipal de Codó, pois nunca houve diálogo com o mesmo sobre a temática, já pensando também que Codó tem essa grande problemática do Trabalho Escravo. Mariana (CDVDH) expõe que no centro de defesa há o projeto RAICE e que atua em Açailândia, Santa Luzia, Pindaré e Monção, desde o ano passado foi dado início a criação também de comissões municipais da RAICE, não tem todo esse poder da COETRAE, mas é possível observar que há interesse do público. SEDES sinaliza que é ideal saber quais são os municípios priorizados para esse ano e se trabalharão os 40 municípios; O Secretário Francisco sugeriu a criação de um grupo para organizar a Caravana e fazer várias rotas selecionando três ou quatro municípios, e montar um programa de formação. Dayana profere o objetivo da COETRAE de provocar a municipalização do debate e usar o peso institucional para provocar as instituições locais, o que possibilita a integração e mostra que há um problema no município. O Secretário Francisco fala sobre a meta do ano que seria o cumprimento do TAC com o recurso disponível, a meta estabelecida foi a de avançar em dois caminhos, primeiro realizar o máximo de caravanas, pois causa efeito de mídia e a outra seria o programa de capacitação para esses grupos, investir na formação dos integrantes dos comitês, como disponibilizar material de campanha e mobilização e fazer um esforço para ter igrejas e gestores estaduais.

2. Denúncia de Trabalho Escravo em Açailândia

Pedro Maciel relatou que no dia 04 de fevereiro de 2019 a ouvidoria de Direitos Humanos recebeu uma denúncia de trabalho escravo, além da situação suspeita de extração ilegal de madeira, foi encaminhado um ofício para a COECV, Sema, e o Paulo Lasáro (SRT) comentou sobre a situação que vai contar com um auditor de imperatriz. Ivanete - A região já é conhecida pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH), é no assentamento Marielle Franco e se comprometeram a verificar as coordenadas, há presença de conflito fundiário na área e presença de área de Viena de plantação de eucalipto; Paulo Lasáro (SRT) comentou que é necessário ter clara a localização e desenvolver uma ação conjunta com outros órgãos para resolver a situação possível de extração ilegal de madeira. Lisandra Leite fala sobre o interesse de trazer esse caso por envolver uma série de violações de direitos humanos além do trabalho escravo e a ideia seria fazer uma ação exemplar. Mariana de La Fuente (CDVDH) aponta que muitas vítimas não denunciam por não ter fiscalização, assim seria um risco para elas; Rodrigo (Polícia Federal) relata que essa é uma situação específica, porque a empresa de segurança é terceirizada e tem uma série de coisas que devem ser cumpridas, inclusive com a polícia federal. Lisandra reforça como encaminhamento o retorno em relação à fiscalização o mais breve possível e em relação a esse caso assim que tiver essa posição poderiam acionar um grupo com a polícia federal; Rodrigo (PF) afirma que qualquer que seja a posição dará retorno até sexta-feira sobre essa situação.

3. Monitoramento do Plano: discussão sobre o atendimento ao trabalhador (a) resgatado (a) –

Dayana (OIT) aponta que a ideia foi de começar pela discussão do monitoramento porque ele



ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR - SEDIHPOP

(documento) condensa um pouco dos avanços e dificuldades que teve na implementação do plano. O plano estadual é diferente do programa, porque o plano contém ações mais amplas que vão além das ações do Estado para o combate ao Trabalho Escravo, então há ações da SRTE, Defensoria Pública, IBAMA, sociedade civil, então atuam para além do âmbito estadual, então o programa é diferente porque seriam ações só do Estado, contando com algumas parcerias, mas diferenciadas, de 2012 até o ano passado não houve avaliação, esta serve para analisar como está o andamento e se tem alguma dificuldade. O que foi verificado nos dados gerais é que o atendimento ao trabalhador resgatado é um dos eixos mais frágeis do plano, em que há menos ações cumpridas, a estruturação da rede de atendimento e acompanhamento desse trabalhador resgatado são as principais dificuldades que serão identificadas no documento. É necessário fazer o acompanhamento social, jurídico, cultural e completo como o plano propõe direcionar esses trabalhadores para suas necessidades pensar no resgate a dignidade desses trabalhadores, pensar em todas as dimensões, o resgate dos seus sonhos é importante dentro dessa perspectiva de atendimento às vítimas. A SAF relata que não tem estatística dos trabalhadores resgatados dentro de suas ações, pois eles não são enxergados como resgatados, a SAF tem várias ações em alguns municípios como Timbiras, Codó, é preciso que a SAF assuma como ação voltada ao combate ao trabalho escravo. Lisandra aponta que a importância do INTEGRA é justamente para que todos saibam o que está acontecendo, todos da COETRAE saibam a situação do trabalhador, a qualificação que ele quer e cursos que os órgãos estão ofertando, para poder ser encaminhado para as URES, por exemplo. Por isso a importância da realização da oficina de abril para aprender sobre a plataforma e como utilizar.

4. Fluxograma de atendimento de trabalhador (a) resgatado (a) –

Paulo Lásaro (SRT) sugeriu incluir a Defensoria Pública da União no fluxograma. CEREST afirma a necessidade da construção de uma ficha para o atendimento específico do trabalhador resgatado. CDVDH relata que muitos trabalhadores não possuem documentação e reforça a criação de uma ficha acrescentando também a necessidade de capacitação dos coordenadores da saúde; Pedro deu continuidade à apresentação do fluxograma. Erik (OIT) sugere definir bem a função de cada Secretaria no fluxograma; Cláudia aponta que posteriormente irão compartilhar um modelo de fluxograma.

A reunião teve fim com a fala da Sra. Lisandra Leite sobre os encaminhamentos que deverão ser mandados para o e-mail da comissão e cada um deverá pensar nos seus fluxos internos para a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Pedro Maciel, a presente ata, assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.